

Cinema, memória e ditadura no Brasil (1990-2000): *Ação entre amigos* (1998), uma narrativa em conflito

Adriana Rodrigues Novais¹

Introdução

Neste trabalho temos como intuito discutir o cinema e suas relações com a memória da ditadura brasileira (1964-aaa), tecemos algumas considerações preliminares acerca do filme *Ação Entre Amigos* (1998) a partir da problematização de elementos que atravessam a temática como o trauma, a violência e o ressentimento. Sem deixar de levar em conta dimensões importantes para o estudo de um filme, a saber, o contexto em que se deu a produção, bem como os significados e os sentidos que o filme constrói sobre o passado. Procuraremos, a partir da leitura de alguns aspectos, tecer algumas aproximações com a disputa em torno da memória na sociedade da brasileira bem como os processos de reparação em curso.

A obra, por meio do recurso de *flashbacks*, representa dois momentos de militantes da luta armada, o período de sua juventude, na década de 70, na ditadura, e como estes vivem anos depois na época de realização do filme. Esses dois momentos serão comparados para observar a memória construída sobre os militantes e a luta armada quando do seu acontecimento e nos anos posteriores ao fim do regime militar.

Memória e Ditadura no Cinema da Retomada

[...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim, a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 2004:225)

Essa conhecida tese elaborada por Walter Benjamin nas suas teses *Sobre o Conceito de História* de 1940, será tomada como base para tratar da memória da ditadura brasileira (1964-aaa) uma vez que esta história é também parte dessa barbárie à qual Benjamin se

¹ Alumna de Maestría del Programa de Posgrado en Sociología, de la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar)- Brasil. Email: drinovais@yahoo.com.br

refere. Estamos de acordo com as interpretações de Marcio Seligmann- Silva que afirma: “com Benjamin, aprendemos que cultura é, a partir de meados do século XX, toda ela como que transformada em um documento, e, mais ainda, ela passa a ser lida como *testemunho da barbárie*”. (2010:51).

E por meio do testemunho seguindo as trilhas da memória que esse passado tem ganhado sentido ao ser narrado. Para explicar melhor citemos a profusão de relatos de sobreviventes através da literatura, do cinema, etc. Tanto dos campos de concentração alemães, no pós Segunda Guerra, em obras consagradas como *E Isto um Homem?* de Primo Levi, como na América Latina, após as ditaduras militares, como *Poder y Desaparición: los campos de concentración en Argentina* de Pilar Calveiro. No Brasil podemos citar a conhecida obra, que foi adaptada como filme, *O que é isso Companheiro* de Fernando Gabeira.

Pilar Calveiro em seu livro *Política y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los años 70*, aponta um caminho para que, através da memória, possamos dar conta das nossas inquietações acerca do nosso passado. Para esta cientista política é importante que a memória seja considerada como:

[...] un acto de recreación del pasado desde la realidad del presente y el proyecto de futuro. Es desde las urgencias actuales que se interroga el pasado, rememorándolo. Y sin embargo, al mismo tiempo, es desde las particularidades de ese pasado, respetando sus coordenadas específicas, que podemos construir una memoria fiel. (CALVEIRO, 2005:11).

Posto que os questionamentos acerca do que passou são gestados no momento presente e somente a partir das necessidades do presente podemos chegar ao passado, devemos pensar quais seriam os meios a ser utilizados para revisitá-lo. Quais são os fios que conduzem às respostas?

Para Calveiro (2005):

En fin, el ejercicio de la memoria es, sobretudo, una recuperación del sentido, así como el olvido sistemático es la pérdida de todo sentido – del sentido – o, em otros términos, la locura. Cuando decimos que al recordar revivimos, se puede pensar en que volvemos a vivir, desde

nuestro cuerpo, la experiencia que está allí inscrita pero también que el acto de recordar nos da la posibilidad de volver a vivir. Al reencontrar el sentido del pasado, éste se abre, actualizando a su vez la posibilidad misma de sentido en el presente. (CALVEIRO, 2005:20).

A memória, portanto, dá sentido ao presente, podemos, pelos caminhos da memória, procurar compreender aspectos desse passado que expliquem a violência inscrita no presente. A herança do autoritarismo sentida nos dias atuais em todas as dimensões da nossa sociedade é um ranço não apenas da ditadura militar (1964-aaa), período sobre o qual nos debruçamos neste trabalho, vale lembrar que nossa história é marcada pelos trezentos anos de escravidão e que desfrutou de breves períodos democráticos.

O cinema cumpre, portanto, um papel importante, na disputa sobre a memória, possibilitando diversas abordagens do que se passou. As obras fílmicas, tanto as do gênero documental quanto as de ficção, são narrativas que pontencializam a memória coletiva acerca do passado.

No que concerne ao nosso cinema, a ditadura sempre foi tema nas telas brasileiras. No decorrer dos anos 1980 a ditadura militar veio de formas diferentes às nossas telas, mais de vinte películas foram lançadas. Embora tenham transcorrido mais de 40 anos do golpe nos anos 2000, duas dezenas de longas-metragens tiveram como tema o regime (LEME, 2011:2). Esses filmes representam o passado e expressam um ponto de vista político sobre ele.

Ação Entre Amigos

Em 1998 o cineasta brasileiro Beto Brant lançou seu segundo longa-metragem *Ação Entre Amigos*, cujo tema de fundo é a ditadura militar brasileira (1964-aaa). A trama tem como protagonistas os ex-militantes da luta armada contra a ditadura Miguel, Paulo, Éloi e Osvaldo que foram presos em uma ação de assalto a banco e foram barbaramente torturados. Junto com eles foi presa Lúcia, que era namorada de Miguel e estava grávida, e acabou sendo morta na prisão através do método de tortura conhecido como “coroa de cristo”. Vinte e cinco anos depois, Miguel descobre o paradeiro do homem que os torturou [Correia] e propõe aos amigos uma emboscada para se vingar.

Em vias de a vingança ser executada, o torturador revela que só conseguiu capturá-los porque entre eles havia um traidor, esta revelação leva a uma sucessão de tragédias, como acidentes e assassinato entre eles.

Antes de deter-nos especificamente no filme é importante ressaltar que sua produção se deu na fase denominada Cinema da Retomada ou Novo Cinema Brasileiro (1990-2002)². O contexto de sua produção é caracterizado pelo fortalecimento das políticas neoliberais empreendidas pelo governo Collor, o desmantelamento dos direitos sociais conquistados no decorrer das lutas em prol da democratização da década de 1970. Foi um período marcado pela ampla desigualdade social e desmobilização política.

No período, a tematização da política não era tão explícita como foi em outros momentos do cinema brasileiro (XAVIER, 2003:12). Como, por exemplo, o Cinema Novo, que trazia como proposta contribuir para o processo revolucionário. O cinema da Retomada, em troca, “[...] refletiria também a típica fragmentação mental do homem dos anos de 1990. Com o chamado ‘fim das utopias’, cada qual se sentiu liberado para estabelecer a própria agenda de prioridades” (ibdem). É nesse contexto de desvalorização da política que a ditadura passa a ser abordada nas telas com mais frequência. O cinema não abdicou do retorno ao passado para tratar a questão como uma “estratégia de repolitizar uma sociedade que não pode ou não deseja se pensar nesses termos.” (ORICCHIO, 2003:104-5).

De acordo Pilar Calveiro, a perda de memória sobre as ditaduras “civil-militares” pelas quais passou América Latina implica em “una pérdida de sentido del pasado y del presente, que se acompaña de otras pérdidas”, trata-se de “una derrota política: la de un conjunto de proyectos disímiles, pero al mismo tiempo confluyentes en algunos puntos principales” organizados pela esquerda na década de 1970. (CALVERO, 2005:20).

Como sabemos, a ditadura executou uma política de extermínio dos oponentes, agrupados em mais 40 organizações gestadas antes e após o golpe que lutaram contra o regime militar e foram totalmente desarticuladas, seus militantes assassinados, presos e torturados (RIDENTI, 2007:28).

A inviabilização do projeto de esquerda pelo golpe de 1964 e pela instauração da ditadura configura-se num processo traumático da história do país. Não era objetivo da esquerda somente se opor a ditadura. O seu projeto tinha no horizonte a revolução socialista.

² Aqui, usamos a periodização feita por ORICCHIO (2003), de acordo com este autor o filme *Cidade de Deus* (2002), marca o fim do ciclo da Retomada.

Sua desarticulação, portanto, foi pouco esclarecida e está longe de ser superada. E mesmo o paradeiro dos corpos e em que condições se deram as mortes são desconhecidos, assim como não é do conhecimento da sociedade quem são os assassinos e quais posições ocupam hoje nas esferas de poder.

São nesses aspectos que a derrota política se revela ainda mais forte, uma vez que os governos democráticos não ofereceram os meios adequados para que esse passado fosse esclarecido. Essa incapacidade está inserida num contexto mais amplo, pois para a historiadora Beatriz de Moraes Vieira:

(...) as sociedades modernas não costumam possuir processos sociais/ou rituais eficazes para a elaboração de um trauma mediante o luto coletivo, as perdas históricas, como qualquer perda gera fantasmas ou vazios, que exigiram ser nomeados e especificados para que as feridas sanassem. Na ausência do luto coletivo, que permitiria aos sujeitos sociais elaborar a dor, configura-se a dinâmica da quase irrepresentabilidade traumática em âmbito sócio histórico. (VIEIRA in: TELES ; SAFATLE, 2010:155).

Assim, a questão do trauma e do ressentimento, eixo central no filme *Ação Entre Amigos*, é um meio importante para compreender as limitações dos processos de reparação no Brasil e na ausência de politização da temática na sociedade civil. O personagem Miguel afirma que sua vingança contra o torturador é algo pessoal: “nada tem a ver com política é uma vingança pessoal”.

É possível pensar que um trauma que é pessoal evidencia o trauma que é social. Outra fala que pode ser reveladora da ausência de reparação no Brasil é a afirmação do personagem Paulo “Correia [o torturador] foi anistiado e nós também”. Sustentamos-nos nas afirmações da filósofa Jeanne Marie Gagnebin, que questiona a própria idéia de anistia e afirma a sua ineficácia como meio de reparação e reconciliação:

Podemos, então, tentar resumir por que a anistia não pode acarretar nem reconciliação, forçada ou não, nem perdão, nem mesmo esquecimento, como tantos intérpretes da Lei de Anistia (não por acaso, a maioria dos militares que dela se beneficiam!) o afirma. (GAGNEBIN IN: SAFATLE; TELES, 2010. P 183).

Assim, o controle que o Estado exerce sobre a memória da ditadura, posto que tenta ocultar crimes de lesa humanidade com a Lei de Anistia contribui para que outros aspectos desse passado não fossem revelados, como, por exemplo, a memória que se tem da luta da armada e dos militantes que se opuseram à ditadura.

Em *Ação entre Amigos* a representação dos militantes, tanto na década de 70, como passados os 20 anos, traz aspectos que revelam que se construiu uma memória que possibilita a problematização da luta armada no Brasil. São os militantes representados como de ingênuos onde a relação com a luta está associada a um sentimento de obsessão, imaturidade ou incoerência (LEME, 2011). No diálogo estabelecido entre o personagem Elói na juventude com o seu pai ficam evidentes esses aspectos acima mencionados.

Pai: Você já pensou no que eu disse? Amanhã mesmo você está fora do Brasil, aí é só esperar as coisas esfriarem.

Elói: Pai, eu não vou abandonar meus companheiros, pai, você ainda não percebeu que isso pra mim é coisa séria?

Pai: Os comunistas enfiaram bosta na cabeça do meu filho!

Elói: A gente tá fazendo a revolução, pai!

Pai: Olha aqui, Elói. Toda vez que eu vejo o jornal, vejo essa garotada morrendo à toa; pra que isso, meu filho? Larga dessa merda!

Elói: Não adianta, pai, você não vai conseguir entender. [...] eu não vou sair daqui, pai, não adianta insistir. Eu entrei sério nessa luta, cê vai ver.

Quando essa merda toda acabar, eu volto, vou ver você, a mãe, a gente vai tá num país melhor.

Pai: Tua mãe não dorme mais à noite, você não pensa nela? Ela não aguenta mais ficar sem notícia sua, Elói! Olha aqui, toda vez que eu ligo a televisão eu fico nervoso. Eu fico nervoso porque eu tô esperando a hora que eu vejo um acontecimento ruim com você.

Elói: Escuta, pai, essa foi a última vez que eu concordei em te encontrar, tá ficando muito perigoso, você tá correndo perigo, a gente não vai mais ficar se encontrando. Eu sou um guerrilheiro.

O pai representa a figura ponderada que tenta conter os impulsos do filho, não se constrói um diálogo de cunho político. Há uma ideia de que se tratava de algo que dizia respeito estritamente a juventude associada à sua inerente rebeldia.

Ação Entre Amigos assim como os demais filmes da Retomada *Lamarca (1994)*, *O que é isso Companheiro? (1997)*, tematiza a luta armada sob o ponto de vista da sua desarticulação. Não dão conta das orientações políticas dos militantes, as organizações não são nomeadas, tampouco vêm à tona as discussões políticas que atravessavam aquele momento. A idéia de que a militância era algo típico da juventude está impressa no olhar que os próprios personagens ex-militante têm sobre seu passado.

No diálogo travado entre eles 20 anos após o fim do regime militar revela-se a ausência do político importante para pensar que o filme não destoa da realidade. Essa despolitização é real. Os sobreviventes não tratam a questão como política, mas como alguma coisa que aconteceu com eles. Quando os amigos tentam dissuadir Miguel de realizar a sua vingança contra o torturador, os argumentos defendem o esquecimento e restringem-se ao âmbito pessoal.

Elói: Miguel, eu tenho o maior respeito, cara, por você ter continuado a lutar pelas coisas em que você acredita. Mas ‘péra’ um pouco, a sua luta de hoje não é aquela. Você tem que tirar isso da cabeça.

Miguel: O que que cê sabe da minha cabeça, Elói? Esse filho da puta acabou com a minha vida.

Paulo: O Elói tá certo, que que cê tá querendo fazer?

Miguel: Merda, vocês não tão entendendo...

Elói: Como não, porra? Você arrastou a gente até aqui pra quê? Eu não quero nada com isso...

Miguel: Esse cara azarou a vida de muita gente, eu não tô fazendo isso só por mim não...

Paulo: Nã nã nã, por mim você não precisa fazer nada.

Elói: Nem por mim.

Miguel: E por você, Osvaldo? Sete anos em cana não foram nada pra você? Diz, pô!

Osvaldo: Eu não queria que esse cara tivesse vivo, tá? Mas também não me interessa mais essa história. Chega, chega, acabou, chega, tá?

Miguel: Não acredito, não acredito! Parece até que vocês esqueceram tudo que aconteceu!

Paulo: E pra quê ficar lembrando?!

Miguel: Eu lembro daquilo todos os dias, como se fosse hoje!!! E vai ser sempre assim até eu morrer.

[Osvaldo, nervoso, passa a mão pelo próprio rosto]

Elói: Ah, Miguel, isso é demais...

Miguel: Demais? Quer dizer que acertar as contas com o filho da puta que matou; cegou; aleijou; pendurou todo mundo, é demais?!! [...].

No filme, as representações, tanto sobre a luta, como da figura do militante, impelenos a ressaltar a importância da elaboração do passado daqueles que fizeram parte desse processo, quais memórias construíram sobre si e sobre os seus pares.

O filme de Brant ajuda-nos a pensar questões fundamentais para refletir sobre a luta armada. De fato os personagens eram mesmo jovens. Então, se juntava a inexperiência na vida com a inexperiência política. Então, essa é parte da discussão a propósito da forma em que se deu a luta armada. O diálogo entre pai e filho destacado no texto acima, nos parece completamente verossímil.

Mesmo que houvesse ponderações políticas nas decisões das organizações, é bem provável que militantes mais jovens, provindos do meio estudantil, não participassem das instâncias de ponderação política que as direções tomavam. É importante pensar também que se tratava de organizações de caráter militar, então, as decisões eram tomadas numa instância e levadas adiante por outras instâncias com obediência hierárquica. É um dos problemas das organizações político-militares.

Quanto a ausência das discussões políticas no filme é importante para refletir se realmente essas discussões estavam presentes nas práticas foquistas. No entanto, essa discussão –sobre a desarticulação entre meios e fins- não foi feita então, nos anos 70, e nem hoje –essa é a limitação do realismo como forma: você não pode ser verossímil numa estética realista e discutir o que nunca se discutiu. Referimos-nos a uma discussão que não seja uma

claudicação dos objetivos. O que as pessoas dizem é: “que tontos que éramos! Queríamos o socialismo”.

Por fim, não podemos deixar de mencionar faces do processo de reparação na sociedade brasileira. Como sabemos, muitas das reivindicações feitas sequer foram atendidas. “O direito à verdade” não se consolidou, uma vez que não foram abertos os arquivos, nem os corpos dos mortos devolvidos aos familiares. Tampouco “o direito à justiça”, já que não empreendemos julgamentos daqueles que cometeram os crimes durante o regime, a exceção do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra³, único caso de condenação que temos, executada em 2012.

A seguir apresentaremos outros casos específicos nos quais fica evidente a disputa em torno da memória sobre a ditadura militar. Neles podemos observar o controle do Estado em relação à memória, além dos casos já mencionados acima.

Do processo de reivindicação de “direito à verdade” e “direito à justiça” resultou no primeiro semestre de 2012 a formação da Comissão da Verdade, “uma reivindicação das entidades de direitos humanos desde o final da ditadura, criada pela lei 12.528 e sancionada em novembro de 2011 pela presidente Dilma Rousseff”. (Merlino, 2012:4).

Ainda que se possa considerar um passo em direção ao processo de democratização, uma vez que será investigado o passado ditatorial, há sérias controvérsias acerca da eficiência da Comissão da Verdade ao mesmo tempo em que é questionada sua própria natureza.

Em reportagem a revista *Caros Amigos*, a jornalista Tatiana Merlino reúne alguns elementos que caracterizam os conflitos que giram em torno da criação da Comissão, para contextualizar sua criação:

Em 2008, familiares de mortos e desaparecidos políticos participaram da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, convocados pela Secretaria de Direitos Humanos, e propuseram a inclusão do eixo “direito à memória e à verdade”, apresentando a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade e da Justiça, que foi aprovada.

³ O coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra foi condenado pela Justiça de São Paulo a pagar uma indenização de R\$ 100 mil à família do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto sob tortura em 19 de julho de 1971 nas dependências do DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão da ditadura então comandado pelo réu.

Porém, o programa nacional de 2008 sofreu alterações no decorrer de 2009, e a Comissão da Verdade e Justiça foi reduzida apenas à Comissão da Verdade, ou como foi apelidada, a “Comissão do Possível” (MERLINO, 2012:4).

Dando continuidade as questões que permeiam e colocam em dúvida a validade da referida comissão; há por parte de setores da sociedade civil a desconfiança de que a promulgação da lei 12.528/2011 faz parte de uma manobra por parte do Estado para não dar conta de outras ações que lhe foram cobradas. Segundo consta na mesma reportagem:

Em dezembro de 2010, o Brasil foi condenado pela corte da OEA pelo caso da Guerrilha do Araguaia⁴. Na sentença, que completou um ano em dezembro, o organismo determinou, entre outras coisas, que o país faça a investigação penal e puna os responsáveis por detenções arbitrárias tortura e desaparecimento de cerca de 70 pessoas, entre 1972 e 1975, entre os integrantes do partido comunista do Brasil e camponeses.

De acordo com familiares e militantes de direitos humanos, a Comissão da Verdade foi criada como uma espécie de “cortina de fumaça” por parte do governo brasileiro para desviar as atenções do cumprimento da sentença da OEA, que pede a punição de torturadores (MERLINO, 2012:5-6).

Seria necessário um trabalho específico para dar conta cada caso citado. A idéia de trazê-los tem o intuito de afirmar os conflitos que giram em torno da memória da ditadura brasileira. Com isso, enfatizamos o controle que o Estado estabelece sobre o passado e impondo limites para que sejam feitas reparações, bem como os desafios que a sociedade civil tem no seu horizonte, uma vez que lhes é negado o direito à *informação* sobre esse passado.

Considerações finais

⁴ A luta pela responsabilização dos crimes contra a guerrilha começou em 1982, quando os familiares dos militantes do Araguaia iniciaram uma ação judicial para Exigir do Estado esclarecimentos sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos de seus parentes e a localização dos seus restos mortais. Por conta da morosidade da Justiça brasileira, os familiares recorreram, em 1996, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. (Merlino, p. 6).

Enfim, retomamos Walter Benjamin para reiterar que a memória cumpre o importante papel de “escovar a história a contrapelo” e possibilita uma narrativa da qual se prescinde o caráter “épico” e “linear” progressivo e positivista na qual não há espaço os “vencidos”. Assim, o resgate da memória daqueles que lutaram nos permite interrogar acerca das lutas postas no presente. Como explícito na obra de Pilar Calveiro, ela propõe empreender a compreensão dos movimentos década de 70 buscando o lugar dos seus protagonistas na história:

Creo nos obliga por um lado, a rehistorizar ese pasado para rescatar el sentido político que tuvo entonces para sus protagonistas, pero al mismo tiempo, nos convoca a abrirlo como nueva fuente de sentido, en relación con la necesaria recuperación de la política en el mundo presente (2005: 24).

O filme *Ação entre Amigos* é um importante *lugar de memória*, pois assim como, nossas questões acerca do passado ditatorial não foram resolvidas o enredo tampouco, apresenta solução. Brant não resolve no enredo o que não se resolveu na sociedade, mas provoca politização na sociedade para que esta se mobilize e resolva na história o que não se resolve no filme.

Ainda que alguns aspectos do filme como as afirmações do personagem Miguel e sua vingança leva a crer que a questão da memória da ditadura seja uma questão pessoal, não política. O enredo termina apontando, denunciando que a memória da ditadura ficou como um assunto do foro pessoal, privado, dos que participaram diretamente. O próprio título do filme, “*Ação entre amigos*”, parece querer provocar uma desfamiliarização. Como, a ditadura não é uma questão política? Por que se deveria reduzir a uma ação entre amigos? Seria muito irreal se o enredo apresentasse gente muito politizada, uma vez que a opção de Brant é por fazer um filme com um registro realista. Então, como fazer um filme crítico da realidade e ao mesmo tempo realista? É um problema estético-político. O terrível, mais do que a traição do companheiro, é o fato da questão ser resolvida entre eles.

Talvez a questão da traição distraia os espectadores desse ponto. No entanto, o que precisamos pensar é a recepção. O que provoca no público? Há um estranhamento pelo fato dos personagens despolitizar? Como já afirmamos anteriormente, tratar a ditadura como uma questão pessoal e não política. Se esse estranhamento se produz, então o filme politiza o

público. Assim, nos possibilita pensar qual memória elaboramos sobre esse passado é, quais as disputas que ela encerra.

Referencias Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* in: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura, 1892-1940*. São Paulo, Editora Brasiliense. 1994.

_____ *Sobre o Conceito de História* in: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura, 1892-1940*. São Paulo, Editora Brasiliense. 1994.

LEME, Caroline Gomes. *Cinema e Sociedade: sobre a ditadura militar no Brasil*. Dissertação de mestrado. 2011.

CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.

ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de Novo: um balanço crítico da Retomada*. Editora Estação Liberdade. São Paulo. 2003.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. In: *Revolução e democracia (1964...)*. Orgs: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.